

**INSCREVA-SE****PRESENCIAL - PORTO ALEGRE-RS****CÓDIGO - 3025/0212**

3025/0212 – REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL (LOM) E DO REGIMENTO INTERNO (RI) E OUTROS TEMAS

3025/0212 – REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL (LOM) E DO REGIMENTO INTERNO (RI) E OUTROS TEMAS Revisão da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno Comissões Parlamentares - Atuação e Responsabilidade, Técnicas de Redação e Alteração de Leis, Competência Legislativa, Processo Legislativo e Participação Popular.

DATA DE INÍCIO: 02/12/25**DATA DE CONCLUSÃO: 05/12/25** **Porto Alegre****Local: Local: Auditório do INLEGIS: Rua Jerônimo Coelho, 354****GERAR PDF DA PÁGINA**

Caso não gerar o PDF, solicite via WhatsApp (51) 9999.15809

INSCREVA-SE **VEJA O TEMÁRIO** **RESERVE HOTEL** **SUGERIR O CURSO A UM COLEGA**

CURSO DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E REGIMENTO INTERNO

O curso "Revisão e Atualização da Lei Orgânica Municipal (LOM) e do Regimento Interno (RI)" tem como objetivo capacitar vereadores, assessores e servidores para realizar uma revisão técnica e eficiente da LOM e do Regimento Interno. O conteúdo abrange a atuação e responsabilidade das comissões parlamentares, técnicas de redação e alteração de leis, e o processo legislativo. Além disso, são apresentadas estratégias para incentivar a participação popular e promover a transparência na atividade legislativa. O curso inclui uma palestra especial sobre redação oficial, com foco em como redigir documentos de forma correta e eficiente na administração pública, garantindo conformidade e clareza.



METODOLOGIA

Aula expositiva e debates. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada dos temas.



INVESTIMENTO

R\$ 1490,00

Política de cancelamento:



Nos avise com 24h de antecedência. Não havendo cancelamento nesse prazo, poderá ser cobrada taxa. Cursos gratuitos não têm taxa. Para cancelar: (51) 9999.15809 – Chamar no WhatsApp



CARGA HORÁRIA

Este curso tem duração de 17h aula, e será emitido certificado ao final do treinamento para quem cumprir mínimo de 75%. Os participantes do curso recebem certificado de participação. Nossos certificados podem ser usados para comprovação de horas extra curriculares em faculdades e cursos.



PROGRAMAÇÃO

Terça-Feira:

11h – Credenciamento, Retirada de Material
14h – 17h: Turno de Aula

Quarta-feira:

09h – 11h:50min: Turno de Aula
14h – 17h: Turno de Aula

Quinta-feira:

09h – 11h:50min: Turno de Aula
14h – 17h: Turno de Aula

Sexta-feira:

DADOS DE EMPENHO

INLEGIS – Consultoria e Treinamento
CNPJ: 30.050.141/0001-80.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:608.267.2.0

ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, centro, Porto Alegre

EMAIL: financeiro@inlegis.com.br

FONE: 51-3015-5809



PÚBLICO ALVO

Interessados no tema em geral: Prefeito, Vice-Prefeitos e interessados em geral, Presidentes de Câmara, Vereadores, Assessores, Servidores, Agente Administrativo Legislativo, Chefes de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Técnicos Legislativos, Diretores de Departamento, Diretores de Câmaras, Secretários Municipais, Comissão de Orçamento, Prefeituras e Câmaras, Comissão de Licitação, Pregoeiro, Departamento de Compras, Departamento de Pessoal, Procuradores Jurídico, Secretaria de Administração, Controle Interno, Assessoria de Imprensa, Oficial de Gabinete, telefonista,

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA DATA? CADASTRE-SE

[QUERO ME CADASTRAR](#)

MAIS INFORMAÇÕES

AO FINAL DESTES TREINAMENTO, VOCÊ ESTARÁ PLENAMENTE CAPACITADO PARA

AO FINAL DESTES TREINAMENTO, VOCÊ ESTARÁ PLENAMENTE CAPACITADO PARA COMPREENDER E RESPONDER, COM SEGURANÇA, ÀS SEGUINTESS QUESTÕES ESSENCIAISS PARA A MODERNIZAÇÃO NORMATIVA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL:

1. COMO O MUNICÍPIO, A CÂMARA E O VEREADOR SE INSEREM NO CONTEXTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, OBSERVANDO O PRINCÍPIO DA SIMETRIA E AS COMPETÊNCIAS LOCAIS?
2. DE QUE FORMA SE ESTRUTURA O FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL DO PODER LEGISLATIVO NO COTIDIANO, CONSIDERANDO OS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS, POLÍTICOS E REGIMENTAIS?
3. QUAIS SÃO AS CARACTERÍSTICAS DE UM REGIMENTO INTERNO MODERNO, QUAL O ALCANCE DE SEU CONTEÚDO E COMO ADEQUÁ-LO ÀS EXIGÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E ÀS BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO LEGISLATIVA?
4. QUAIS SÃO AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO VEREADOR DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS PELO REGIMENTO INTERNO E COMO AMPLIAR A EFETIVIDADE DESSA ATUAÇÃO?
5. COMO AS NORMAS REGIMENTAIS INTERFEREM NO PROCESSO LEGISLATIVO, DESDE A ELABORAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES ATÉ A TRAMITAÇÃO E VOTAÇÃO DAS LEIS MUNICIPAIS?
6. QUAIS DISPOSITIVOS SÃO OBRIGATÓRIOS NO REGIMENTO INTERNO PARA GARANTIR O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO FISCALIZADORA DO VEREADOR E O EQUILÍBRIO ENTRE OS PODERES?
7. COMO PROMOVER A ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA, UTILIZANDO METODOLOGIAS PRÁTICAS E MODELOS ESTRUTURADOS NOS EIXOS CONSTITUCIONAL, JURISPRUDENCIAL E INSTITUCIONAL?

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA A REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DO REGIMENTO INTERNO DO PODER LEGISLATIVO:

REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL (LOM) E DO REGIMENTO INTERNO (RI) DA CÂMARA MUNICIPAL:

REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO (LOM):

NATUREZA DAS LEIS ORGÂNICAS;

SIMETRIA COM CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E COM A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DE 1989.

SISTEMATIZAÇÃO E ESTRUTURA RECOMENDADA:

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO;

SERVIDORES;

BENS PÚBLICOS;

SERVIDORES.

ORGANIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

ORGANIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO

INSTRUTOR



GUILHERME STUMPF

Advogado, formado pela UFRGS, especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Fundação do Ministério Público, mestrando em Direito pela UFRGS. Atuou como assessor da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre entre 2017 e 2020. Atualmente, é assessor jurídico na Câmara Municipal de Porto Alegre.

POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS:

- SAÚDE;
- EDUCAÇÃO;
- MEIO AMBIENTE;
- HABITAÇÃO;
- ASSISTÊNCIA SOCIAL;
- CULTURA;
- ESPORTE E LAZER.

PROCESSO LEGISLATIVO PARA APROVAÇÃO DE EMENDAS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

REVISÃO E ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO (RI) DA CÂMARA MUNICIPAL:

FINALIDADE E IMPORTÂNCIA:

- O RI COMO INSTRUMENTO DE AUTONOMIA ORGANIZACIONAL E DISCIPLINAMENTO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS;
- FUNÇÃO NORMATIVA, POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO RI;
- O RI COMO REFERÊNCIA PARA O DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO E PARA A CONDUÇÃO DAS SESSÕES PLENÁRIAS.

ESTRUTURA E NORMAS DE FUNCIONAMENTO – PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES

RELAÇÃO COM O PROCESSO LEGISLATIVO

PROCESSO DE REVISÃO E ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL.

ESTUDO APLICADO DE CONDUTAS QUE PODEM CONFIGURAR CRIMES:

ESTUDO APLICADO DE CONDUTAS QUE PODEM CONFIGURAR CRIMES:

PRATICADOS POR SERVIDORES PÚBLICOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- PECULATO;
- PECULATO CULPOSO;
- PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM;
- INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES;
- MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES;
- EXTRAVIO, SONEGAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO;
- EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS PÚBLICAS;
- CONCUSSÃO;
- CORRUPÇÃO PASSIVA;
- PREVARICAÇÃO;
- CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA:

- USURPAÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA;
- DESOBEDIÊNCIA;
- DESACATO;
- TRÁFICO DE INFLUÊNCIA;
- CORRUPÇÃO ATIVA;
- SUBTRAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO.
- CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, DE ACORDO COM A LEI 14.133/2021:
- CONTRATAÇÃO DIRETA ILEGAL;
- FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DE LICITAÇÃO;
- PATROCÍNIO DE CONTRATAÇÃO INDEVIDA;
- MODIFICAÇÃO OU PAGAMENTO IRREGULAR EM CONTRATO ADMINISTRATIVO;
- PERTURBAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO;
- VIOLAÇÃO DE SIGILO EM LICITAÇÃO;
- AEASTAMENTO DE LICITANTE:

INSTRUTOR



CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Público, Direito Eleitoral, Direito Digital, Contratos Administrativos e Compliance. Atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas na METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE. Possui pós-graduação em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional Com trajetória consolidada na gestão jurídica e institucional, Caroline também se destaca como palestrante nas áreas de Direito Administrativo, Empoderamento Feminino e Direito Eleitoral.

ADVOCACIA ADMINISTRATIVA;
VIOLÊNCIA ARBITRÁRIA;
ABANDONO DE FUNÇÃO;
EXERCÍCIO FUNCIONAL ILEGALMENTE
ANTECIPADO OU PROLONGADO;
VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL.
PRATICADOS POR PARTICULARES CONTRA A
ADMINISTRAÇÃO EM GERAL:

FRAUDE EM LICITAÇÃO OU CONTRATO;
CONTRATAÇÃO INIDÔNEA;
IMPEDIMENTO INDEVIDO;
OMISSÃO GRAVE DE DADO OU DE INFORMAÇÃO
POR PROJETISTA.
CONDUTAS QUE PODEM LEVAR À PERDA DE
MANDATO OU À CASSAÇÃO DOS DIREITOS
POLÍTICOS

PRESTAÇÃO, APRECIÇÃO E JULGAMENTO DE CONTAS:

PRESTAÇÃO, APRECIÇÃO E JULGAMENTO DE
CONTAS:

VISÃO GERAL:

DEVER DE PRESTAR CONTAS;

SANÇÕES CABÍVEIS EM CASO DE NÃO PRESTAÇÃO
DE CONTAS.

ENTENDIMENTO DO STF SOBRE O JULGAMENTO
DAS CONTAS DOS PREFEITOS MUNICIPAIS:

COMPETÊNCIA;

NATUREZA JURÍDICA DO PARECER DO TRIBUNAL
DE CONTAS.

REGIMENTO INTERNO DO TCE-RS:

CONTAS ORDINÁRIAS;

CONTAS ANUAIS;

CONTAS ESPECIAIS;

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.

RESOLUÇÃO Nº 1.142/2021 DO TCE-RS – CRITÉRIOS
A SEREM OBSERVADOS NA APRECIÇÃO DAS
CONTAS ANUAIS, PARA FINS DE EMISSÃO DE
PARECER PRÉVIO, E NO JULGAMENTO DAS CONTAS
DOS ADMINISTRADORES E DEMAIS RESPONSÁVEIS
POR BENS E VALORES PÚBLICOS DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

DEFESA DO GESTOR PERANTE O TCE-RS

RECURSOS CABÍVEIS EM RELAÇÃO AO
JULGAMENTO DAS CONTAS E AO PARECER PRÉVIO

RECEBIMENTO, PUBLICIDADE E TRAMITAÇÃO DO
PARECER PRÉVIO NA CÂMARA DE VEREADORES –
ASPECTOS PRÁTICOS E PROCESSUAIS COM VISTAS
AO CUMPRIMENTO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL:

DISTRIBUIÇÃO PARA AS COMISSÕES
PARLAMENTARES;

RELATÓRIO E PARECER;

PRAZOS A SEREM OBSERVADOS;

GARANTIA DA AMPLA DEFESA E DO
CONTRADITÓRIO;

QUÓRUM PARA A REJEIÇÃO DO PARECER PRÉVIO
EMITIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS;

DILIGÊNCIAS;

DELIBERAÇÕES;

APROVAÇÃO OU REJEIÇÃO DAS CONTAS DO
PREFEITO MUNICIPAL;

PUBLICAÇÃO;

EFEITOS ELEITORAIS.

INSTRUTOR



EDUARDO LUCHESI

Advogado. Especialista em Direito Tributário pela Universidade de Franca – SP. Especialista em Direito do Estado pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS –RS). Experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Constitucional e Tributário

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA O ENCERRAMENTO DE MANDATO, DE ACORDO COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF):

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA O
ENCERRAMENTO DE MANDATO, DE ACORDO COM
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF):

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA NO
ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO E DO MANDATO:

DESPESAS COM PESSOAL;

AJUSTES NECESSÁRIOS PARA ENQUADRAMENTO
NOS LIMITES DA DESPESA DE PESSOAL;

DÍVIDA CONSOLIDADA;

RECONDUÇÃO DA DÍVIDA AOS LIMITES LEGAIS;

OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA O INVENTÁRIO DO
PATRIMÔNIO E PARA A GESTÃO DO
ALMOXARIFADO:

RESPONSABILIDADE PELA GUARDA,
CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
PÚBLICO

MOVIMENTAÇÃO E GUARDA DOS BENS PÚBLICOS:

GUARDA PROVISÓRIA E GUARDA DEFINITIVA DE
BENS PÚBLICOS;

INSTRUTOR



PROF. MS CLEBER NASCIMENTO

Servidor TCE-RS, há 25 anos Possui graduação em Administração pela Faculdade Porto Alegrense de Ciências Contábeis e Administração (1990) e segunda formação em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). Mestre em Gestão Pública – Universidade Luterana/RS. Mestre em Contabilidade pela Unisinos.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTIPOSIÇÃO DE RECEITA;	ACEITE, RECUSA E CANCELAMENTO DA TRANSFERÊNCIA DE BENS PÚBLICOS – FORMALIZAÇÃO;
REALIZAÇÃO DE DESPESAS NOS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES;	TERMO DE GUARDA E RESPONSABILIDADE;
ASSUNÇÃO DE OBRIGAÇÕES SEM AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.	BAIXA DE BENS PÚBLICOS.
PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS E BOAS PRÁTICAS:	INVENTÁRIO PATRIMONIAL
LIMITAÇÃO DE EMPENHO E DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA;	FORMALIZAÇÃO DO RECEBIMENTO DE MATERIAIS PELO ALMOXARIFADO
ELABORAÇÃO DE TERMO DE CONFERÊNCIA DE CAIXA E DO DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES;	CAUTELAS A SEREM ADOTADAS E FORMALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS
PROVIDÊNCIAS PARA ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E O EQUILÍBRIO DAS CONTAS.	AVALIAÇÃO DO ESTOQUE
DEVOLUÇÃO/SOBRA DE VALORES DO DUODÉCIMO NÃO UTILIZADOS PELO PODER LEGISLATIVO AO PODER EXECUTIVO.	CONTROLE GERENCIAL DO ESTOQUE

PRINCIPAIS APONTAMENTOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM RELAÇÃO AOS PODERES EXECUTIVOS E LEGISLATIVOS MUNICIPAIS, PARA A PREVENÇÃO DE FALHAS:

PRINCIPAIS APONTAMENTOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM RELAÇÃO AOS PODERES EXECUTIVOS E LEGISLATIVOS MUNICIPAIS, PARA A PREVENÇÃO DE FALHAS:

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

CAPACITAÇÃO / TREINAMENTO

FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

GESTÃO PATRIMONIAL:

NÃO REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO OU EXECUÇÃO DEFICIENTE;

CONTROLE ESTOQUES – REGISTRO/BAIXAS;

FURTOS.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA / FINANCEIRA:

FALTA DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS;

ELEVADO VALOR EM ESPÉCIE EM TESOURARIA;

CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS EM ATRASO;

CONTAS EM BANCOS NÃO OFICIAIS;

VALES/ADIANTAMENTOS ILEGAIS;

NÃO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS E DE SERVIÇOS AO RPPS.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DESATUALIZADOS

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS

GESTÃO DE PESSOAL:

FALTA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA;

PAGAMENTO INDEVIDO/FALTA DE CONTROLE SOBRE HORAS EXTRAS (SEM AUTORIZAÇÃO, EM HORÁRIO REGULAR, QUANTIDADE EXORBITANTE, REINCIDÊNCIA ETC.);

DESVIO DE FUNÇÃO;

COMISSIONADOS EM CARGOS TÍPICOS EFETIVOS, E NÃO EM FUNÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO;

DIÁRIAS (AUSÊNCIA DE FINALIDADE PÚBLICA E DE ADEQUADA PRESTAÇÃO DE CONTAS);

SINDICÂNCIAS.

INSTRUTOR



CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Público, Direito Eleitoral, Direito Digital, Contratos Administrativos e Compliance. Atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas na METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE. Possui pós-graduação em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional Com trajetória consolidada na gestão jurídica e institucional, Caroline também se destaca como palestrante nas áreas de Direito Administrativo, Empoderamento Feminino e Direito Eleitoral.







CICLO DE ESTUDOS E PROVIDÊNCIAS PARA O ENCERRAMENTO DO ANO

Procedimentos, eleição da Mesa, patrimônio, contratos, exonerações e relatórios.

Inscriva-se já e finalize o exercício com segurança, planejamento e conformidade legal.



REDES SOCIAIS + AI

IDENTIDADE VISUAL, PRODUÇÃO MULTIMÍDIA E IÁ APLICADA

Canva, CapCut, GPT, calendário editorial, acessibilidade e governança

Inscriva-se e estruture um plano de comunicação com métricas e relatórios oficiais.



VEREADORES E ASSESSORES

CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA VEREADORES E ASSESSORES LEGISLATIVOS

Apoio eficiente à atividade parlamentar e à administração da Câmara Municipal.

Garanta sua vaga e aprimore sua atuação no Legislativo com técnicas práticas de assessoramento e gestão.




PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

COMPRAS PÚBLICA NA PRÁTICA

Domine o Portal e a operacionalização do PCP + IA aplicada






Início:
25/11/2025

Encerramento:
28/11/2025

0025/2511 – CICLO DE ESTUDOS E PROVIDÊNCIAS PARA O ENCERRAMENTO DO ANO:

Procedimentos, Eleição da Mesa, Patrimônio, Encerramento de Contratos, Exonerações, Devolução/Sobra de Valores, Restos a Pagar, Cerimonial, Perda de Mandato e Cassação de Direitos Políticos, Tópicos de Assessoramento.

CÓDIGO: 0025/2511


 Sugerir o curso a um colega

Início:
25/11/2025

Encerramento:
28/11/2025

3025/2511 – REDES SOCIAIS PARA O PODER PÚBLICO: CAPCUT, CANVA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E MUITO MAIS

Canva, CapCut, GPT e automações, calendário editorial, storytelling institucional, acessibilidade (WCAG), LGPD na comunicação, governança de perfis, métricas e relatórios de desempenho

CÓDIGO: 3025/2511


 Sugerir o curso a um colega

Início:
25/11/2025

Encerramento:
28/11/2025

6025/2511 – ORIENTAÇÕES INDISPENSÁVEIS PARA EQUIPE DE ASSESSORIA E SERVIDORES

Procedimentos, Eleição da Mesa, Patrimônio, Encerramento de Contratos, Exonerações, Devolução/Sobra de Valores, Restos a Pagar, Perda de Mandato e Cassação de Direitos Políticos, Tópicos de Assessoramento.

CÓDIGO: 6025/2511


 Sugerir o curso a um colega

Início:
25/11/2025

Encerramento:
28/11/2025

5025/2511 – PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e BANRISUL – PREGÃO ONLINE – SEMINÁRIO AVANÇADO LICITAÇÕES E CONTRATOS: COM PÚBLICAS NA PRÁTICA:

Dominando o Portal e a Operacionalização Portal de Compras Públicas, Pregão Online Banrisul e Inteligência Artificial (MÓDULO ESTENDIDO 17H)

CÓDIGO: 5025/2511


 Sugerir o curso a um colega

Outras opções de cursos:

